Actualizado a 28/12/2014, 07:38 São Filipe, 28 Dez (Inforpress) – A fase pós desastre vai suscitar várias questões e abordagem mais pragmática e eficaz porque com muita frequência ela costuma ser pior que o desastre, alerta o especialista na área de vulcanologia, João Fonseca. Sem se referir ao caso concreto de Cabo Verde, João Fonseca afirmou que em relação a todas as situações comparáveis em outras partes do mundo o pós catástrofe costuma ser pior. Explicou que, normalmente, o apoio na fase pós desastre tem enviesado pelas perspectivas de quem está, de forma bem-intencionado, no exterior a querer ajudar, mas sem ter o conhecimento e a percepção clara daquilo que foi o desastre, indicando que desse ponto de vista Chã das Caldeiras pode ser um desafio muito complicado. João Fonseca, que desde 1992 tem dedicado a compreender e estudar o problema de risco em Chã das Caldeiras, disse que a de 1995 foi um caso de estudo relativamente recente, e que o pós desastre foi um erro de planificação de recuperação, que hoje é fácil dizer, não no sentido de apontar erros a ninguém, mas na perspectiva de aprender a não cometer os mesmos erros do ponto de vista de optimização dos recursos disponíveis. “Todo o investimento para o realojamento da população de Chã na sequência da erupção de 1995 foi muito pouco eficaz, porque foi feito com base em premissas erradas de que a população ia sair definitivamente de Chã das Caldeiras”, afirmou João Fonseca, lembrando que um ano depois a população estava de volta a Chã e criou uma situação difícil de gerir. Para o especialista, “é muito fácil cometer este tipo de erros quando a decisão é tomada a quente”, indicando que é fundamental ver nestes acontecimentos uma oportunidade para melhorar as coisas. “Há lições de 1995 que não foram devidamente apreendidas, é um processo de aprendizagem lento”, disse João Fonseca, frisando que uma das recomendações do pós erupção de 1995 era de que a pastorícia e agricultura eram compatíveis com o nível de riscos existente, mas que qualquer instalação industrial deveria ser excluída de Chã das Caldeiras, incluindo a construção da adega. Reconhecendo que não é especialista em produção de vinho, o técnico em vulcanologia sublinhou que não havia a necessidade de construção de instalações dessa natureza no interior da Chã, onde existem riscos significativos de erupção, baixa para as pessoas, mas considerável para o edificado. Segundo João da Fonseca, houve pouca ponderação nos aspectos das infra-estruturas no interior de uma zona de risco, como o traçado da estrada. Lembrou que a recomendação feita era de que o traçado da estrada não deveria ter cortado a escoada das lavas de 1995 e deveria ter sido feito o mais próximo da Bordeira, no sentido de permitir mais tempo para as operações de emergência, e para a construção de uma estrada alternativa para o norte, porque é importante que Chã tivesse duas estradas, investimentos que falharam, segundo o especialista. Apesar de não existir ainda um plano estratégico para Chã das Caldeiras, mas no cenário da sua recuperação enquanto património económico e sociológico, deve se ter em conta as lições do passado, evitando investimentos nas zonas de riscos. “Qualquer decisão em relação a Chã das Caldeiras deve-se ouvir especialistas na gestão de riscos vulcânicos e Cabo Verde começa a ter capacidade científica instalada para que estes assuntos sejam debatidos e interpretados internamente”, disse João Fonseca, notando que não se pode eliminar os riscos porque são inerentes às condições naturais, mas que se pode usar o conhecimento técnico e científico para reduzir os riscos. JR Inforpress/Fim